

RELATÓRIO

CIRCUNSTANCIADO DAS CAUSAS DA FALÊNCIA

Autos nº 0008041-30.2023.8.16.0130, de Falência

Apresentado por **Auxilia Consultores Ltda.**, representada por Renata Paccola Mesquita, Administradora Judicial nomeada e compromissada nos presentes autos falimentares de numeração em epígrafe, nos termos do art. 22, III, “e”, da Lei 11.101/2005.



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. ANÁLISE DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA FALIDA	5
III. ELEMENTOS CONTRIBUTIVOS PARA A FALÊNCIA	5
a. <i>Versão da Falida sobre sua insolvência</i>	5
b. <i>Diagnóstico contábil e financeiro da Falida</i>	6
IV. ELEMENTOS INDICATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DA DEVEDORA	7
V. IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS	10
VI. CONCLUSÃO	12

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



I. INTRODUÇÃO

Contextualização e objeto do relatório

Nos termos do art. 22, III, "e", da Lei 11.101/2005, a Administração Judicial deve apresentar, no prazo de 40 dias contados da assinatura do termo de compromisso, um relatório detalhado sobre as causas e circunstâncias da falência. Esse documento tem a finalidade de esclarecer os fatores que levaram à insolvência da empresa, identificando os principais motivos que contribuíram para sua situação financeira. Além disso, busca fornecer uma análise detalhada da conduta do devedor antes e após a decretação da falência, verificando a existência de eventuais atos ilícitos ou crimes falimentares.

Dessa forma, visando cumprir o prazo estabelecido, ainda que sem esgotar a apuração sobre eventuais indícios de responsabilização civil ou criminal, a Administradora Judicial apresentará os elementos coletados até o momento.

É importante destacar que os dados levantados ainda necessitam de maior aprofundamento, pois o prazo de 40 dias, mesmo com a prorrogação permitida em lei, é insuficiente para uma investigação completa sobre as condutas adotadas pela devedora. Cada diligência requer tempo específico para sua realização, e fatores imprevistos podem surgir conforme o andamento dos trabalhos.

A esse respeito, a doutrina especializada reconhece a insuficiência do prazo para obtenção de informações aprofundadas. Segundo **Manoel Justino Bezerra Filho**:

"Quem afirmará que esse exíguo prazo não terá condições de ser observado – com efeito, 40 ou 80 dias não parece tempo suficiente para que se possa ter informações para relatar as causas que conduziram à situação de falência e, principalmente, para que se aponte responsabilidade

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



civil ou penal dos envolvidos.”¹

No mesmo sentido, **Marcelo Sacramone** afirma:

“O prazo de 40 dias, prorrogável por igual período, é extremamente diminuto para identificação de todas as causas da falência e para apuração de eventual responsabilidade dos envolvidos.”²

Além disso, cabe ressaltar, que apesar da nomeação da Administradora Judicial tenha ocorrido em **31/10/2024** (seq. 95), diversas diligências requeridas aos seqs. 112.1 (08/11/2024) e 123 (10/12/2024) foram atendidas somente após **27/01/2025**, conforme despacho saneador do seq. 131.

Adicionalmente, algumas buscas essenciais ainda estão pendentes, como a consulta a protestos contra a falida para delimitação do termo legal (seq. 168), a consulta no INFOJUD (seq. 219) e os ofícios encaminhados aos bancos listados pela devedora para apresentação de extratos bancários dos últimos três anos (seqs. 210 a 213).

Diante desse cenário, a identificação precisa das causas da falência torna-se um desafio significativo.

¹ **BEZERRA FILHO, Manoel Justino.** *Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005 comentada artigo por artigo.* 15. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 157.

² **SACRAMONE, Marcelo Barbosa.** *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência.* 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. p. 170.



Contudo, todas as diligências extrajudiciais possíveis foram adotadas, permitindo que fossem identificados **elementos preliminares**, os quais serão detalhados a seguir.

II. ANÁLISE DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA FALIDA

A Falida TELHAPAR – Telhas de Aço Ltda. Foi constituída no ano de **2016**, tendo como sócios-administradores o Sr. **Alexandre Steel Evangelista** e sua esposa, **Jaqueline Franciele Asse**.

Posteriormente, no ano de **2019**, a Sra. Jaqueline retirou-se do quadro societário, sendo incluída, em seu lugar, a filha do casal, **Nicole Asse Evangelista**.

Mais recentemente, no ano de **2023**, antes da decretação da falência, houve a retirada de Nicole Asse Evangelista, transformando a TELHAPAR em uma Sociedade Limitada Unipessoal, composta exclusivamente pelo Sr. Alexandre Steel Evangelista.

Por fim, em **26 de fevereiro de 2024**, foi realizado o **distrato da empresa**, com a devida baixa perante a Receita Federal.

III. ELEMENTOS CONTRIBUTIVOS PARA A FALÊNCIA

a. *Versão da Falida sobre sua insolvência*

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



No termo de comparecimento (seq. 118.1), a falida atribuiu a impossibilidade de manutenção da atividade empresarial à queda do preço do aço após a pandemia da Covid-19, considerando que esse material constituía sua principal matéria-prima.

b. Diagnóstico contábil e financeiro da Falida

Os balanços patrimoniais e demonstrativos de resultado de exercício referentes ao período de **2021 a 2023** foram apresentados nos **seqs. 118.3 e 118.4**.

Além disso, ao final de janeiro do corrente ano, a Administradora Judicial conseguiu obter, junto à contabilidade da falida, toda a escrituração contábil do mesmo período.

A partir da **análise objetiva** dos valores registrados nos demonstrativos obtidos, constatou-se:

1. Endividamento crescente com fornecedores, sem capacidade de pagamento adequada;
2. Baixa liquidez, comprometendo a gestão financeira no curto prazo;
3. Oscilação na receita e margens de lucro reduzidas, resultando em prejuízos recorrentes;
4. Aumento expressivo das obrigações tributárias, o que pode indicar dificuldades de pagamento ao fisco;
5. Dependência excessiva de estoques, sem conversão rápida em receita;
6. Baixo patrimônio líquido, insuficiente para sustentar as operações;
7. Fluxo de caixa deficitário, indicando incapacidade de manter liquidez operacional.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Paralelamente, a documentação coletada junto aos credores da falida revelou um endividamento significativo com o Banco Itaú S.A. **desde 2020**, com múltiplos parcelamentos de dívida e saldo médio de R\$ 500.000,00. A verificação desse crédito ainda está em andamento.

Além disso, observa-se que **80% do débito** tem como fato gerador o ano de **2022**, período em que a empresa adquiriu insumos e materiais em volume excessivo, resultando em uma dívida superior a **R\$ 1.000.000,00** com múltiplos fornecedores.

Ainda, a falida enfrentou **dois pedidos de falência** no ano de **2022** (0009203-94.2022.8.16.0130 e 0007630-21.2022.8.16.0130), os quais foram arquivados após a homologação de acordo.

Por fim, a empresa possui uma **dívida fiscal** informada pelas Fazendas Públicas (seqs. 172, 181, 218), atualmente pendente de verificação no incidente correspondente, no montante de **R\$ 3.006.490,35**.

O conjunto desses elementos evidenciam que a falida enfrentava dificuldades financeiras significativas desde pelo menos **2020**, acumulando dívidas expressivas e comprometendo sua capacidade operacional. O endividamento crescente, a falta de liquidez e o aumento das obrigações fiscais podem ter contribuído diretamente para a quebra.

IV. ELEMENTOS INDICATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DA DEVEDORA

No que se refere ao procedimento adotado pela falida antes e depois da quebra, conforme já mencionado, a apuração ainda está em andamento e não pode ser concluída neste momento.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Sem ignorar as justificativas trazidas pela falida no seq. 189, no que tange à suposta ocultação de bens, importa tecer as observações desta Administradora.

Inicialmente, o administrador da falida demonstrou colaboração durante as diligências, inclusive no dia do lacramento do estabelecimento **(05/11/2025)**. Ele e seus advogados atenderam às solicitações da Administradora Judicial ou, quando não possível, demonstraram disposição para colaborar.

Contudo, apesar da postura colaborativa, a falida, inicialmente, forneceu **informações parciais** sobre a totalidade de seus bens.

Na primeira declaração apresentada após a decretação da falência, no seq. 104.1, a própria falida afirmou, em juízo, que a Administração Judicial teria listado **todos os bens da empresa**, no cumprimento do mandado expedido no seq. 101 (lacreção).

Ainda, durante a lacreção e a arrecadação dos **215 itens localizados na sede** (seq. 112.2), questionou-se o administrador a respeito do maquinário robusto denominado ponte rolante de aço. Na ocasião, este afirmou que o maquinário integrava a estrutura do imóvel alugado onde a falida instalou sua sede. No mesmo momento, também foi afirmado que não havia veículos em nome da falida.

No entanto, posteriormente, no Termo de Comparecimento (seq. 118.1), foi informada a existência de **seis veículos em nome da falida**, conforme documentos apresentados no seq. 118.6. No mesmo momento, foram indicadas **três contas bancárias adicionais**, bem como a apresentação de matrícula de um imóvel pertencente à pessoa do administrador, não integrante da Massa Falida.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Diante dessas novas informações, tão logo a Administradora Judicial diligenciou extrajudicialmente para obter a localização exata dos veículos, a falida não demonstrou resistência e colaborou na entrega dos automóveis (seq. 128.1).

Por outro lado, no que se refere às contas bancárias, apesar da entrega das senhas de acesso, a Administradora não conseguiu acessá-las, tornando-se necessária a expedição de ofícios às instituições financeiras.

Ainda no curso das diligências para localização e arrecadação dos veículos, a Administradora Judicial constatou que o equipamento industrial “ponte rolante de aço” pertencia, na verdade, à Massa Falida, diferentemente do que inicialmente reportado pelo representante da falida. O bem foi devidamente arrecadado, conforme noticiado no parecer de seq. 128.

Além disso, outro bem não informado inicialmente pela falida foi localizado. Trata-se do **imóvel matriculado sob nº 48.699 no 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí**, conforme retorno das buscas anexado no **seq. 175.3**.

Diante dessa nova descoberta, a falida foi questionada sobre o imóvel e alegou esquecimento, informando que o teria recebido como permuta de um devedor. Em seguida, compareceu aos autos, apresentando os esclarecimentos e a matrícula do bem (seq. 189).

Embora tenha havido uma localização progressiva de bens omitidos inicialmente — e considerando que, após ser questionada, o representante da falida não agiu, aparentemente, de forma dissimulada —, a Administradora Judicial resguarda a possibilidade de eventual indicação de responsabilização civil e criminal.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Diante desse contexto, a Administradora entende **pertinente a intimação do Ministério Público** para ciência e eventual manifestação acerca dos fatos acima narrados.

V. IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS

Além das inconsistências mencionadas, também foi constatada a existência de outras empresas possivelmente relacionadas à falida. Segundo informações prestadas pela própria falida no seq. 104.1, o administrador também figura como sócio da empresa **TP COMÉRCIO DE TELHAS DE AÇO LTDA.** (CNPJ 41.496.080/0001-03).

O contrato social da empresa, apresentado no seq. 104.3, indica que foi constituída em 2021, com sede na Rua Jair Lucas Figueiredo, nº 1061, Lote 011, Quadra 001, Jardim Europa, Paranavaí - PR, CEP 87707-750, e com o seguinte objeto social:

- Montagem de telhas de aço;
- Comércio varejista de ferragens e ferramentas;
- Comércio varejista de materiais de construção em geral;
- Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

Embora essa empresa possua cadastro ativo na Receita Federal e objeto social similar ao da falida, o que poderia indicar a formação de grupo econômico ou sucessão empresarial, não foram encontradas evidências concretas de que a empresa esteja em funcionamento.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Além disso, ao se verificar o endereço cadastrado, constatou-se que o logradouro corresponde aos fundos dos depósitos onde a falida estava sediada.

Ainda no que se refere à existência de outras empresas, foram identificadas **outras duas** com atividades semelhantes e registradas no mesmo endereço da falida:

- **J F ASSE – TELHAS (CNPJ 34.444.061/0001-60);**
- **NAE – TELHAS DE AÇO LTDA (CNPJ 43.764.738/0001-38).**

A primeira empresa, **J F ASSE – TELHAS**, embora não tenha sido possível obter dados do quadro societário, possui uma razão social que corresponde às iniciais da esposa de Alexandre Evangelista, ou seja, **Jaqueline Franciele Asse**.

A segunda empresa, **NAE – TELHAS DE AÇO LTDA**, tem como sócia-administradora a filha do casal, **Nicole Asse Evangelista**.

Diante dessas informações, tais empresas podem indicar uma tentativa de transferência fraudulenta de atividades ou patrimônio da falida. Contudo, embora ambas possuam cadastro ativo na Receita Federal, até o momento não foram identificados indícios de que estejam operando ou possuam ativos passíveis de arrecadação.

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br



Além disso, ambas estavam instaladas no mesmo endereço da falida, cujo estabelecimento foi lacrado e os bens ali encontrados foram arrecadados.

VI. CONCLUSÃO

À vista das circunstâncias e dos elementos até agora apurados, a Administradora Judicial segue acompanhando e investigando eventuais indícios que possam ensejar a responsabilização da devedora e de terceiros eventualmente envolvidos.

Todas as informações relevantes continuarão sendo reportadas ao Juízo e aos demais interessados, sendo certo que o presente relatório representa apenas uma **etapa inicial** do procedimento falimentar.

Sendo o que tínhamos a relatar para o momento, renovamos os votos de elevada estima e consideração a este juízo, ressaltando que permanecemos à disposição de quaisquer interessados.

Maringá/PR, 13 de março de 2025.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Renata Paccola Mesquita | OAB/PR 50.980

Av. Dr. Gastão Vidigal, 851 – sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR.

(44) 3225-9433 | contato@auxiliaconsultores.com.br

